

A aprovação da dívida externa

O Senado aprovou por significativa maioria o acordo de reescalonamento de US\$ 56 bilhões da dívida externa brasileira com os bancos credores. Apesar da ferrenha oposição do senador Eduardo Suplicy, venceu o bom senso. Esse acordo é importante para o Brasil, pois, além de proporcionar uma sensível redução do valor da dívida, permitirá a retomada da negociação com a comunidade financeira internacional, facilitada com a elevação de 30% para 50% no valor do pagamento dos juros da dívida a vencer até que o documento final seja assinado, entre julho e setembro.

Há algumas exigências do Senado que não prejudicarão as negociações. Por exemplo, ele se reserva o direito de reavaliar a situação depois que os bancos anunciarem suas decisões sobre as diversas formas de acerto. Na verdade, já estava previsto que o Banco Central poderia recusar uma concentração excessiva sobre uma ou outra opção.

O pronunciamento do Senado tem um sentido mais amplo que vai além da simples aprovação do acordo. Ele homologa a política posta em prática pelo ex-ministro Marcílio que restabeleceu as negociações com o FMI e com os bancos. Temia-se que, com a saída de Gustavo Krause e as posições pelo menos verbais até agora adotadas pelo presidente Itamar Franco, estaríamos diante de um recuo altamente negativo para o País. Não foi isso o que ocorreu, porém. O líder do governo empenhou-se na luta — e foi verdadeiramente uma luta — pela aprovação do acordo, no Senado. Isso pode ser apontado como um indício de que o atual governo irá de fato respeitar os termos das negociações feitas por Marcílio.

Este seria, também, o sinal para o reinício das conversações com o FMI, estremecidas pelo não-cumprimento de metas importantes que constavam da carta de intenções, e o adiamento da

viagem a Washington de dois ministros da área econômica. Ficou a impressão de que haveria por parte do governo a intenção de recuar, embora o argumento apresentado fosse de que o Congresso não havia aprovado ainda a reforma fiscal e o presidente exercia apenas o cargo interinamente. Evidentemente, tais argumentos não convenceram, pois sempre seria útil uma conversa entre os coordenadores da política econômica do governo, os técnicos do FMI e os integrantes da comunidade financeira.

O empenho do líder do governo na aprovação do acordo da dívida externa e a própria aprovação em si podem significar um retorno do Brasil à mesa de negociação, que, se for concluída com êxito, deverá representar, desde que haja um plano econômico coerente, a volta de investimentos externos ao País. A vitória no Senado foi importante. Falta agora retomar urgentemente as negociações.